

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA**

João Pedro Donizete Nunes<sup>1</sup>

Maria De Lourdes Alves<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O trabalho aborda as políticas educacionais brasileiras com foco na educação e na educação física, analisando os avanços, desafios e perspectivas dessa área. A pesquisa adota uma metodologia bibliográfica sistemática, utilizando fontes científicas para compreender como essas políticas influenciam o sistema educacional e contribuem para a formação integral dos alunos. Entre os aspectos analisados, destacam-se a flexibilização curricular, a educação inclusiva e os impactos das inovações tecnológicas. O estudo também evidencia a relevância da educação física como componente obrigatório no currículo, promovendo habilidades motoras, saúde e socialização. Contudo, aponta desafios como desigualdades regionais, falta de infraestrutura adequada e redução de investimentos em políticas públicas recentes. O trabalho conclui que, apesar de avanços significativos durante os governos Lula e Dilma, houve retrocessos nas gestões seguintes, prejudicando a implementação efetiva das políticas para a educação física. Para garantir um ensino inclusivo e de qualidade, é essencial priorizar o desenvolvimento profissional dos docentes, melhorar os recursos educacionais e integrar a disciplina às demandas contemporâneas.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais, educação física, inclusão, desafios, currículo.

### **INTRODUÇÃO**

As políticas educacionais são um conjunto de medidas e ações adotadas pelo Estado no intuito de promover a adequação e o aprimoramento da educação. São elas que estabelecem o conjunto de orientações, estratégias, diretrizes e metas que orientam a atuação educativa nos diferentes níveis e modalidades de ensino. O objetivo principal das políticas educacionais é promover um sistema educacional de qualidade, que seja acessível, eficiente e equitativo a todos os cidadãos. Isso inclui desde o acesso à educação infantil até o ensino superior e a formação técnica e profissionalizante (Vieira E Freitas, 2003).

No entanto, as políticas educacionais enfrentam desafios significativos, desde a garantia de financiamento adequado, até o desenvolvimento de currículos atualizados e a capacitação constante dos docentes. Além disso, a necessidade de adaptação às mudanças tecnológicas e à diversidade cultural e social da população é uma preocupação constante. Por isso, nos últimos anos, diversas iniciativas vêm sendo desenvolvidas visando promover

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Goiás-GO, joao.nunes@aluno.ueg.br

<sup>2</sup> Doutora pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Goiás-GO, lurdinhaalvespibid@gmail.com

uma educação mais atualizada e inclusiva, que atenda às demandas da sociedade contemporânea (Dos Santos, 2012). Entre essas iniciativas, podemos destacar:

- Flexibilização do currículo: A ideia é que o currículo escolar seja mais flexível e adaptável às necessidades e realidades locais, dando mais autonomia e liberdade aos professores e alunos na escolha dos conteúdos e metodologias de ensino.
- Investimento em tecnologia: A tecnologia tem um papel fundamental na educação contemporânea, tanto como ferramenta pedagógica quanto como forma de garantir o acesso ao conhecimento em locais mais remotos.
- Educação inclusiva: Garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais e de grupos historicamente marginalizados é um dos principais desafios das políticas educacionais contemporâneas. Para isso, é necessário aprimorar a formação dos educadores e os recursos disponíveis nas escolas.
- Ampliação do ensino integral: O ensino integral tem mostrado bons resultados no que se refere à melhoria da qualidade educacional e redução das desigualdades sociais. Por isso, é fundamental investir na ampliação de programas de educação integral e em sua efetivação nas escolas.

Todas essas ações têm como objetivo garantir uma educação pública de qualidade, que seja capaz de preparar os cidadãos para os desafios de um mundo em constante mudança. Por isso, é fundamental que os governos estabeleçam objetivos e metas educacionais de acordo com as necessidades de cada região, na perspectiva de promover políticas que estejam em conexão com os diferentes setores da sociedade, desde os alunos e educadores, até as famílias e a comunidade em geral (Santos, 2012).

Assim, a promoção da educação como um direito humano fundamental e a construção de uma sociedade mais justa e equânime são desafios que estão diretamente relacionados à implementação de políticas educacionais efetivas e atualizadas, que contemplem as demandas e necessidades da sociedade contemporânea.

A metodologia de pesquisa aplicada neste trabalho para avaliar as políticas educacionais brasileiras com ênfase na Educação Física, foi de caráter qualitativo, o que significa que buscou coletar e analisar numa perspectiva qualitativa. Foram utilizados para esta pesquisa uma gama de materiais científicos qualificados com o intuito de analisar e compreender as políticas públicas para educação no Brasil.

## **METODOLOGIA E ETAPAS**

A fim de investigar as políticas educacionais e seus desafios, este trabalho adotará uma metodologia baseada em uma pesquisa bibliográfica sistemática. Essa abordagem será estruturada em etapas que visam garantir a abrangência e a profundidade na análise do tema, promovendo um diálogo consistente com os autores e as produções acadêmicas relevantes.

Inicialmente, foi realizada a definição do problema de pesquisa e a delimitação dos objetivos específicos. Isso permitirá estabelecer os critérios para a seleção de fontes e trabalhos acadêmicos a serem analisados. Em seguida, foram identificadas e selecionadas as bases de dados e repositórios acadêmicos, como Scielo, CAPES, entre outros, para garantir a inclusão de estudos de relevância comprovada no campo das políticas educacionais.

Na segunda etapa, foi realizado a seleção das fontes e materiais bibliográficos. Para isso, serão aplicados critérios de inclusão e exclusão, baseados em aspectos como relevância temática, atualidade, credibilidade das publicações e alinhamento com o recorte proposto pelo estudo. Os trabalhos selecionados foram catalogados em uma base de dados própria, incluindo informações bibliográficas completas e anotações preliminares sobre os principais argumentos apresentados pelos autores.

A terceira etapa foi dedicada à leitura exploratória e analítica dos materiais selecionados. Nessa fase, os textos serão analisados com base em categorias previamente definidas, como:

- Diretrizes das políticas educacionais gerais e específicas para a educação física;
- Desafios enfrentados pela implementação dessas políticas, como financiamento, infraestrutura e capacitação de profissionais;
- Contribuições das políticas educacionais para o desenvolvimento da educação física como componente curricular e prática educacional;
- Perspectivas futuras, considerando inovações tecnológicas, diversidade cultural e inclusão social.

Posteriormente, foi realizado a análise crítica e o diálogo com os autores selecionados. Essa etapa consiste em estabelecer conexões entre as ideias apresentadas nos diferentes trabalhos, evidenciando convergências, divergências e lacunas na literatura. O diálogo com os autores será estruturado a partir da construção de argumentos que

sustentem a discussão sobre as políticas educacionais, relacionando os desafios apontados com possíveis soluções e boas práticas identificadas nas produções acadêmicas.

Por fim, a sistematização dos resultados foi conduzida de forma a sintetizar as contribuições da pesquisa bibliográfica, apresentando recomendações baseadas nos achados. Essa sistematização permitiu apontar caminhos para a construção de políticas educacionais mais equitativas, acessíveis e eficientes, considerando as demandas atuais da sociedade e as tendências globais no campo da educação. Com essa metodologia, espera-se oferecer uma análise consistente e fundamentada sobre as políticas educacionais, contribuindo para o debate acadêmico e para a formulação de estratégias voltadas à melhoria do sistema educacional. Essa metodologia busca garantir uma análise aprofundada e crítica do tema, contribuindo para a compreensão das políticas educacionais e suas implicações no campo da educação física.

## **POLITICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS**

Segundo Moraes, Santos e Paiva (2021), as políticas educacionais no Brasil têm sido alvo de debate e análise por especialistas do setor em todo o mundo. A educação é considerada um dos principais pilares para o desenvolvimento econômico e social sustentável de um país. Nos últimos anos, a política educacional brasileira passou por mudanças significativas. A partir de 2016, o governo federal promoveu uma reforma no Ensino Médio, que agora é dividido em duas partes: uma parte comum a todos os alunos e outra parte específica para as áreas de interesse de cada um.

Outra política recente foi a expansão do ensino em tempo integral. Em 2019, foi anunciado que o governo federal investiria R\$ 1 bilhão no programa Novo Ensino Médio em Tempo Integral, que tem como objetivo ampliar a oferta de escolas em tempo integral no país. Além disso, foi sancionado em 2020 o Novo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que garante recursos para a educação básica nos municípios e estados brasileiros (Moraes, Santos e Paiva, 2021).

Mesmo com a implementação dessas políticas, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos financeiros e a desigualdade na qualidade do ensino entre as diferentes regiões do país. Um dos principais

desafios é a baixa qualidade do ensino, que se reflete nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que avalia o desempenho dos alunos em português e matemática (Morais, Santos e Paiva, 2021).

Outro desafio é a alta taxa de evasão escolar, especialmente no Ensino Médio. Muitos estudantes deixam a escola antes de concluírem o Ensino Médio, o que impacta de modo negativo em suas chances no mercado de trabalho e em sua vida pessoal (Morais, Santos e Paiva 2021). Para enfrentar esses desafios, é preciso investir em políticas que garantam uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua condição socioeconômica ou geográfica. É necessário também investir na formação e valorização dos profissionais da educação, que são fundamentais para o sucesso do sistema educacional como um todo (Libâneo, 2016).

As políticas educacionais no Brasil durante o século XX foram marcadas por fases distintas de avanços e retrocessos. Desde a proclamação da República, em 1889, a educação vem sendo utilizada como instrumento de construção da nacionalidade, de legitimação das elites e de controle social (Krawczyk, 2013). Na primeira metade do século XX, destacam-se dois momentos importantes na história da educação brasileira: o movimento da escola nova e a criação do primeiro plano nacional de educação.

O movimento da escola nova, surgido na Europa no início do século XX, chegou ao Brasil na década de 1920. Sua proposta era a de uma educação mais democrática, centrada no aluno e na sua participação ativa no processo de aprendizagem. Nessa época, surgem as primeiras escolas experimentais, como o Instituto de Educação do Rio de Janeiro e a Escola Parque de São Paulo. Em 1932, é criado o primeiro Plano Nacional de Educação, que previa a universalização do ensino primário e a criação de escolas técnicas e profissionalizantes. No entanto, esse plano não foi totalmente implementado, em razão dos obstáculos políticos e econômicos da época (Thomé, 2007).

Na década de 1950, com a industrialização do país, surgem necessidades de mão de obra qualificada e novas demandas educacionais. Para atendê-las, é criado o sistema nacional de educação profissional e técnica, que visa à formação de profissionais de nível médio em áreas como mecânica, eletrônica, contabilidade, entre outras (Souza, 1991). Nos anos 1960, o regime militar assume o poder e adota medidas autoritárias para controlar a educação. É criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, que

institui o ensino de educação moral e cívica e de estudos sociais nas escolas, com o objetivo de difundir os valores do regime militar.

Na década de 1970, a educação é utilizada como instrumento de propaganda política, com a criação dos chamados "movimentos de alfabetização", (nesse período predominou o Mobral)..que tinham como objetivo difundir a ideologia do regime militar entre a população. A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, ocorrem mudanças significativas nas políticas educacionais. Foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 1996, a partir da criação do referido Fundo os recursos financeiros destinados ao ensino básico foram reajustados, fato que possibilitou melhorias significativas nas condições de trabalho dos professores. Na década de 1990, também ocorreu a implantação da avaliação de desempenho escolar e a institucionalização do ensino fundamental de nove anos, que garantiu a inclusão das crianças de seis anos no sistema de ensino (Ynaguita, 2013).

No século XXI, as políticas educacionais têm como desafio a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis. O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, estabeleceu as metas e estratégias para o campo educacional nos próximos dez anos, entre elas a universalização do acesso à educação infantil e a equiparação dos salários dos professores com os de outros profissionais de nível superior. As políticas educacionais no Brasil têm avançado nos últimos anos, mas ainda há muito a ser feito para garantir uma educação de qualidade para todos. É necessário investir em políticas que levem em conta as necessidades e realidades de cada região do país, e que valorizem a formação e desenvolvimento dos professores e alunos (Neto e De Nez, 2021).

As políticas educacionais promovem mudanças importantes na educação brasileira em todos os níveis e modalidades e em todas as áreas do conhecimento, a partir da CF de 1988 e da LDB 9.394/96 a Educação Física alcança espaços cada vez mais relevantes no Ensino Básico. Essas políticas são responsáveis por direcionar as práticas e conteúdos dessa área do conhecimento, assim como por definir as metas e objetivos que devem ser alcançados pelos alunos.

## **Políticas Educacionais E A Educação Física**

No Brasil, a Educação Física é obrigatória em todas as etapas de ensino, desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio. Logo, as políticas educacionais são essenciais para que essa disciplina seja ensinada de forma adequada e eficiente. Além disso, é por meio dessas políticas que se estabelece a organização curricular da Educação Física, tanto na perspectiva das habilidades e competências a serem desenvolvidas como no que se refere ao uso adequado dos espaços e recursos disponíveis nas escolas (Castellani filho, 1999).

Vale ressaltar que as políticas educacionais em Educação Física não se limitam apenas a aspectos de ensino, mas também englobam a formação de professores, a definição de diretrizes para a avaliação e o acompanhamento dos estudantes e a promoção de pesquisas científicas na área. Uma política educacional bem sucedida na Educação Física deve ter como prioridade a formação de indivíduos críticos e reflexivos sobre sua própria saúde e bem-estar. Além disso, é importante estimular o desenvolvimento de habilidades motoras, a socialização, o respeito ao próximo e a adoção de hábitos saudáveis (Castellani filho, 1999). A implementação dessas políticas, entretanto, pode ser um desafio para muitos estabelecimentos de ensino. Muitas escolas não possuem um espaço adequado para a prática da Educação Física, não contam com professores especializados nessa disciplina ou não têm o suporte necessário para o desenvolvimento de atividades físicas de qualidade.

De acordo com (Castellani filho, 1988) diante desses desafios, é necessário que as políticas educacionais na Educação Física sejam capazes de promover ações que estimulem e facilitem a prática de atividades físicas por parte dos alunos, tanto dentro quanto fora da escola, além de oferecer suporte ao desenvolvimento profissional dos professores de Educação Física.

Segundo Bette, Ferraz e Dantas (2011), as políticas educacionais na Educação Física no século 21 vêm ganhando cada vez mais relevância no contexto do ensino básico, uma vez que possuem potencial para contribuir significativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, é importante destacar alguns aspectos que caracterizam essa temática e a relevância das políticas educacionais para a educação física no ensino básico. No que se refere à Educação Física, é possível afirmar que essa disciplina tem um papel fundamental para a formação dos estudantes no que se refere à saúde, ao bem-estar físico, à socialização e ao desenvolvimento cognitivo, motor e sócio

afetivo. Assim, a sua presença no ensino básico é essencial para garantir a promoção da educação integral dos alunos.

Contudo, para que a Educação Física se efetive como um elemento importante no processo educacional, faz-se necessário um conjunto de políticas educacionais que contemplem aspectos como a formação dos professores, a infraestrutura escolar adequada, a valorização desse campo do conhecimento, entre outros. Nesse sentido, as políticas educacionais se configuram como um conjunto de ações, diretrizes e normas que orientam a prática da Educação Física no ensino básico. Essas políticas possuem impacto direto na formação dos professores que atuam nessa área, uma vez que estabelecem critérios para a formação inicial e continuada, definindo os conhecimentos e competências que os professores dessa disciplina precisam ter (Bette; Ferraz e Dantas, 2011).

Além disso, as políticas educacionais contribuem para a organização do trabalho pedagógico, estabelecendo metas e diretrizes para o desenvolvimento da Educação Física no ensino básico. Essas políticas ainda garantem a infraestrutura escolar adequada para a prática da Educação Física, seja por meio de investimentos em equipamentos e espaços esportivos, seja por meio de programas de incentivo que visem a promoção da atividade física e da vida saudável entre os alunos (Bette; Ferraz e Dantas, 2011). É importante enfatizar que as políticas educacionais na Educação Física não são meramente simbólicas, pois possuem um papel significativo na efetivação da aprendizagem. Para que a Educação Física cumpra seu papel fundamental na formação dos alunos, é preciso que haja políticas públicas efetivas que garantam a sua prática e desenvolvimento ao longo do tempo.

Ao longo dos últimos anos, as políticas educacionais voltadas para a Educação Física no Ensino Básico têm sido um ponto central nas discussões acerca do desenvolvimento da formação integral dos estudantes. Nesse sentido, é importante analisar as ações governamentais e as mudanças ocorridas no período dos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro.

O governo Lula (2003-2010) promoveu avanços significativos na área de educação, com destaque para a criação do Programa Mais Educação, que tinha por objetivo ampliar a carga horária dos estudantes em diversas disciplinas, incluindo a Educação Física. Com isso, houve um aumento no número de horas destinadas a essa disciplina, permitindo uma maior qualificação do ensino. Já no governo Dilma (2011-2016), apesar das medidas para o avanço da Educação Física na escola, foi um período de instabilidade econômica e



política, que afetou tanto as políticas educacionais como a qualidade do ensino oferecido. Contudo, a presidente Dilma manteve a importância da disciplina em seu plano de governo (Neto e De Nez, 2021).

No governo Temer (2016-2018), ocorreram mudanças significativas nas políticas educacionais. Foi aprovada a Reforma do Ensino Médio, que reduziu a obrigatoriedade do ensino de disciplinas como Educação Física. Outra alteração foi a transferência da responsabilidade das ações de educação esportiva para o Ministério do Esporte. Essas mudanças foram duramente criticadas por especialistas na área educacional (Morais, Santos e Paiva, 2021). Com o fracassado governo de Bolsonaro (2019-2022), as políticas educacionais voltadas para a Educação Física têm sido pouco exploradas. Em seu plano de governo, não há menção direta sobre a disciplina na escola. Outra preocupação é o corte de verbas destinadas à Educação, o que prejudica a oferta de materiais e recursos necessários para o ensino da disciplina (Neto e De Nez, 2021).

Neira (2017), entende que a educação básica se torna então um dos principais focos da política educacional na sociedade contemporânea para concretizar a agenda do capital. As organizações multilaterais, ao mesmo tempo que utilizam a sua pertença e mediação para fortalecer o sistema do capital mundial, utilizam a educação como um mecanismo para fortalecer a pedagogia do capital para perpetuar os seus imperativos de sustentar a saga capitalista. Neste contexto, o papel da educação e dos professores é inquestionável. Nesse contexto, a “Década da Educação” declara de importância estratégica a política de formação de professores da educação básica na reforma educacional do marco histórico da década de 1990, período em que se aprofundaram as políticas neoliberais no país, em resposta às crises do capital, que vêm se espalhando desde a década de 1970.

Segundo Costa et al., (2019), o golpe político-jurídico ocorrido em maio do ano de 2016 surpreendeu a população brasileira, que assistiu ao despojamento dos seus direitos e, encorajada pelos conservadores e pelo empresariado, caminhou francamente para um regime antidemocrático, totalmente refletido na atual política educativa. Dentre essas ações, em abril de 2017, foi lançada a segunda versão da BNCC, doravante denominada BNCC-II. Como os seus criadores se vangloriam nos grandes meios de comunicação: “Mais fino!” Mas isto tem sérias consequências para o futuro da sociedade.

As noções Básicas do Currículo Nacional Comum (BNCC) foram desenvolvidas para atender às exigências previstas nas Diretrizes Nacionais e na Lei de Bases da Educação, nas Diretrizes Gerais Curriculares Nacionais da Educação Básica e no Plano Nacional de Educação. A primeira versão da BNCC, doravante denominada BNCC, foi divulgada ao público em abril de 2016. Foi pesquisada e compilada por uma equipe de 135 profissionais, entre professores da Educação Básica e do Ensino Superior, e representantes de diversas unidades da federação. Documentos e workshops nacionais apresentam experiências internacionais semelhantes. Inclui mais de 12 milhões de contribuições, leituras críticas de especialistas e inúmeros debates em todo o país. (Neira; Souza Júnior, 2016)

No contexto de sucessivas crises de capital e mudanças nas relações de produção, o capital precisa reorganizar o seu trabalho para reconstruir o sistema ideológico e político que governa, para que comece a prestar atenção ao processo de ensino escolar e a tentar viabilizar o processo de ensino escolar. Obter o consentimento popular e implementar projetos sociais de capital através da educação. Costa et al., (2019) fala que a reestruturação capitalista no Brasil exige uma maior organização das escolas na forma de uma gestão de qualidade orientada para o mercado, ou seja, são necessários ajustes, principalmente na formação inicial de professores exigida pela reestruturação produtiva, sob o argumento de que as escolas não atendem as exigências da reestruturação produtiva. As novas necessidades de capital e o cultivo de novos trabalhadores versáteis para atender às necessidades do mercado globalizado.

A BNCC (2018), faz parte de uma série de políticas apoiadas pelas principais organizações multilaterais. Este modelo de organização curricular está relacionado com a regulação das práticas escolares, manifestada na intensificação da avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e na subestimação de competências, o que faz com que os professores tenham maior responsabilidade pelos resultados oficiais da avaliação.

As modificações nos exames e nos cursos de formação de professores tiveram um sério impacto no ensino. Isso significa não apenas novas exigências, mas também modificações na forma como a política de formação de professores do Brasil funciona. Como esta lei altera as disposições da LDB nos termos da Lei nº 13.415/2017, sobre a Reforma do Ensino Médio, está prevista no artigo 13.415/2017. O artigo 44.º, n.º 3, prevê que o processo de seleção das instituições de ensino superior deve ter em conta as

competências e aptidões definidas na base curricular nacional comum. A cláusula 8ª prevê que o currículo dos cursos de formação de professores será baseado no currículo comum nacional.

Além disso, destacou-se a incompatibilidade entre o que foi anunciado e o que foi efetivamente proposto. Outra fragilidade observada é o esvaziamento da criticidade e do potencial democratizante para dar lugar a formações instrumentais alinhadas aos ditames do mercado. É bem sabido que, quando se trata de política educativa, a implementação acelerada por um pequeno grupo de pessoas, sem qualquer debate ou discussão, normalmente produz maus resultados.

Ora, se por um lado a culpa pode ser atribuída à pressa, por outro o fortalecimento da racionalidade que motiva a taxonomia identificada, aliado à eliminação de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que problematizam a ocorrência social da prática física, leva-nos à conclusão que este é mais um ataque ao currículo por parte do sector privado. Claramente, as consequências serão catastróficas para qualquer pessoa forçada a roubar os arquivos atuais. O que nos deixa felizes é que, se mantivermos a tradição, o risco é baixo, porque no contexto da prática, felizmente, os professores usam formas próprias para resistir, rejeitar, ocultar e reescrever as recomendações oficiais (Neira, 2017).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas públicas educacionais consistem em um conjunto de medidas e ações planejadas e implementadas pelo Estado com o objetivo de assegurar o direito à educação, promovendo um sistema de ensino inclusivo, equitativo e de qualidade. Essas políticas englobam desde a organização do acesso à educação infantil até a formação técnica, profissionalizante e superior, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para atender às demandas educacionais da sociedade. Sua formulação considera aspectos como financiamento, formação e valorização dos profissionais da educação, atualização curricular, infraestrutura escolar e promoção da inclusão social e cultural. Além disso, essas políticas buscam responder aos desafios contemporâneos, como o avanço tecnológico, a diversidade sociocultural e a redução das desigualdades educacionais, garantindo que todos os cidadãos tenham oportunidades de aprendizado e desenvolvimento integral.

As políticas públicas educacionais voltadas para a educação física têm como objetivo garantir o reconhecimento e a valorização dessa área como componente essencial do currículo escolar, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes por meio de práticas que envolvem o corpo, o movimento e a saúde. Essas políticas buscam assegurar condições para a oferta de aulas de qualidade, o que inclui a formação e valorização dos professores, a adequação da infraestrutura e a disponibilização de materiais e recursos didáticos apropriados. No entanto, desafios significativos ainda permeiam a implementação dessas políticas, como a falta de investimentos específicos, a descontinuidade de programas governamentais, a desigualdade de acesso a espaços adequados e a dificuldade em integrar a educação física às discussões sobre saúde, inclusão e diversidade cultural no ambiente escolar. Além disso, a necessidade de adaptar-se às mudanças tecnológicas e às novas demandas sociais exige um planejamento contínuo e estratégias que garantam a relevância e a efetividade da educação física no processo educativo.

Em síntese, as políticas educacionais na Educação Física no século 21 são fundamentais para garantir a formação integral dos alunos no ensino básico, uma vez que estabelecem diretrizes e normas que orientam a prática da disciplina. Cabe aos gestores e profissionais da área reconhecerem a importância dessas políticas e contribuir para a sua efetivação na escola e na vida dos estudantes. E, pode-se afirmar que os governos Lula e Dilma investiram de modo mais contundente nas políticas educacionais voltadas para a Educação Física, enquanto os governos Temer e Bolsonaro promoveram alterações que prejudicaram o avanço da disciplina na escola. É fundamental que o ensino da Educação Física seja valorizado e respeitado, de modo a garantir uma formação integral dos estudantes e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS,**

BETTI, Mauro; FERRAZ, Osvaldo Luiz; DANTAS, Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho. **Educação física escolar: estado da arte e direções futuras.** Revista brasileira de educação física e esporte, v. 25, p. 105-115, 2011.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Lei 5.692 de 11 de ago. de 1971. Reforma do ensino: 1º e 2º Graus.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio.** Brasília: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018 2018.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Parecer 15/98; Resolução 03/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília, CNE/CEB, 1998.

BRASIL. Lei 13.415/17. **Altera as Leis 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494/07 que regulamenta o FUNDEB e dá outras providências.**

BRASIL . Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL . **Medida Provisória MPV 746/2016.** Brasília, 22 de setembro de 2016.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Papirus Editora, 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino. . **Política educacional e educação física.** Autores Associados, 1999

COSTA, M. DA C. DOS S.; FARIAS, M. C. G. DE; SOUZA, M. B. DE. **A Base Nacional Comum Curricular (Bncc) E A Formação De Professores No Brasil: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente.** Movimento-revista de educação , n. 10, p. 91-120, 30 jun. 2019

DE MORAIS, Erivania Melo; DOS SANTOS, Camila Rodrigues; DE PAIVA, Irene Alves. **Políticas Públicas de Educação no contexto neoliberal: um breve balanço.** Revista Inter-Legere, v. 4, n. 31, p. c25900-c25900, 2021.

DOS SANTOS, A. M. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL. Professare, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 6–16, 2012.KRAWCZYK, Nora. **A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil.** Propuesta educativa, n. 39, p. 35-42, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar.** Cadernos de pesquisa, v. 46, p. 38-62, 2016.

NEIRA, M. G.; SOUZA JÚNIOR, M. **A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos.** Motrivivência, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 188-206, setembro/2016.

NEIRA, Marcos Garcia. **Terceira versão da BNCC: retrocesso político e pedagógico.** In: XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2017.

NETO, Odorico Ferreira Cardoso; DE NEZ, Egeslaine. **Governos Lula, Dilma e Bolsonaro: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectivas.**

INTERAÇÃO, Curitiba, v. 21, n. 3, p. 121-144, 2021.

SOUZA, Maria Inez. **Política educacional e ajuda externa.** Em Aberto, v. 10, n. 50/51, 1991.

THOMÉ, Nilson. **A formação do homem do contestado e a educação escolar: República Velha.** Universidade Estadual de Campinas–UNICAMP Faculdade de Educação, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica.** Plano Editora, 2003.

YANAGUITA, Adriana Inácio. **As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990.** In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Íbero-Americano de Política de Administração da Educação. 2011. p. 1-13.